

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.095 - SP (2019/0319810-2)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **FAZENDA NACIONAL**
RECORRIDO : **TRANSPORTADORA OTAVIANA LTDA**
ADVOGADOS : **PAULO ZABEU DE SOUSA RAMOS - SP080926**
 MARCO AURELIO BAPTISTA DE MORAES - SP213256
 RODRIGO SPINA MORIS - SP384517
INTERES. : **CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A**
ADVOGADO : **MAÍRA SELVA DE OLIVEIRA BORGES E OUTRO(S) - SP340648**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela FAZENDA NACIONAL, mediante o qual se impugna acórdão, proferido do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. ELETROBRÁS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE A UNIÃO FEDERAL E A ELETROBRÁS RECONHECIDA. PRECLUSÃO. AFASTADA. ADOÇÃO DOS CÁLCULOS ELABORADOS PELA CONTADORIA JUDICIAL.

1. Dos documentos encartados aos autos é possível verificar que a Eletrobrás atravessou petição alegando a ocorrência de prescrição e de decadência, bem como acrescentou que, na hipótese de reconhecimento da validade do título, que os valores apresentados pela exequente destoavam completamente da realizado, concordando com o valor indicado pela União, qual seja, R\$ 5.305,56.
2. Afastada a alegação de que a Eletrobrás não contestou o valor apresentado pela agravante.
3. Além disso, reconhecida a responsabilidade solidária entre a União Federal e a Eletrobrás para o pagamento, mesmo que houvesse dúvida quanto à impugnação da Eletrobrás, a impugnação apresentada pela primeira, poderia ser aproveitada pela segunda.
4. Não prosperam as alegação da recorrente quanto aos cálculos da contadoria judicial e da ocorrência de cerceamento de defesa, visto que é possível verificar que a manifestação da contadoria realizada em 09.06.2017, continha planilhas demonstrativas e indicavam todos os índices de correção monetária utilizados para o período e as taxas aplicadas. Do mesmo modo, com relação a manifestação realizada em

Superior Tribunal de Justiça

28.09.2017 (ID 1852630).

5. Nos termos do artigo 149, do CPC, o contabilista é auxiliar da Justiça, atuando com imparcialidade com relação às partes e de igual forma possui fé pública.

6. É perfeitamente cabível a utilização pelo magistrado dos préstimos da contadoria judicial para a formação de seu convencimento, nos exatos termos do art. 370, do CPC.

7. O e. STJ tem entendimento de que é correta a remessa dos autos ao contador do juízo para verificação dos cálculos apresentados pelas partes, em decorrência de divergência de valores.

8. Reconhecido o pedido alternativo quanto à fixação da condenação. Assim,, em razão da enorme divergência entre os valores apontados pelas partes, deve ser mantida a condenação, no entanto, esta deverá ser fixada em 10% sobre o valor reconhecido como devido (proveito econômico obtido), qual seja, R\$ 28.505,26.

9. Agravo de instrumento parcialmente provido tão somente para reformar a decisão agravada quanto ao percentual fixado na condenação dos honorários advocatícios, fixando a condenação em 10% sobre o valor reconhecido como devido (proveito econômico obtido), qual seja, R\$ 28.505,26" (fl. 310e).

Embargos de Declaração rejeitados (fls. 338/354e).

No Recurso Especial, manejado com base na alínea **a** do permissivo constitucional, alega-se violação aos arts. 85, §§ 1º e 2º, e 1.022, II, do CPC/2015.

Sustenta-se, no que ora importa, o seguinte:

"No caso, é de rigor a fixação de honorários sucumbenciais na fase de cumprimento de sentença, nos termos do art. 85, §1º, do CPC/2015, pois a União logrou êxito quase que na totalidade de sua impugnação à execução. Demais disso, segundo o §2º do mesmo dispositivo, acima transcrito, 'os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos'. Ora, o percentual fixado a título de honorários advocatícios para a União deve incidir sobre o proveito econômico por ela obtido, e não, como determinado no v. acórdão, sobre o proveito econômico da parte adversa.

No caso em tela, o proveito econômico obtido pela União foi superior a R\$ 875.876,21, conforme será explicado abaixo.

Com efeito, constou da decisão agravada a grande divergência entre

Superior Tribunal de Justiça

os cálculos apresentados pela ora agravante e pela União. A primeira apresentou montante de R\$ 904.381,47, sem esclarecer ao Juízo de primeiro grau a metodologia utilizada, enquanto a União apresentou valor correspondente a R\$ 5.305,56, correspondente ao valor da Cautela da Eletrobrás.

Atualizado, a Contadoria Judicial apurou o valor de R\$ 28.505,26 em 09/2017. A União impugnou novamente o valor a que chegou a Contadoria do Juízo, afirmando que não se opunha ao pagamento do valor nominal do título correspondente à execução, mas que a parte relativa ao juros compensatórios ficariam a cargo da Eletrobrás, a qual possui responsabilidade por tal pagamento em razão do artigo 3º, 4º da Lei n. 4.156/1962 c.c. art. 137 do Decreto n. 57.617/1966 e art. 63 do Decreto n. 68.419/1971 – entendimento esse, ao final, acolhido pelo Juízo de primeiro grau.

Logo, como visto, a agravante, ora recorrida, demandou a União em valor extremamente excessivo em face do efetivamente devido em função da coisa julgada.

Assim, resta claro que a autora sucumbiu em mais de R\$ 875.876,21 em sua pretensão executória, que montava em R\$904.381,47, ao passo que prevaleceu como valor exequendo o montante de R\$ 28.505,26.

Portanto, a fixação dos honorários advocatícios em favor da União tendo por base o valor de R\$ 28.505,26 implica em violação do artigo 85, §§ 1º e 2º do CPC, ao não considerar como base de cálculo para incidência do percentual da verba honorária o montante apurado a título de excesso de execução" (fl. 359/360e).

Requer-se, por fim, "a admissão do presente Recurso Especial e, após seu processamento regular, o provimento da pretensão recursal perante o Colendo Superior Tribunal de Justiça, de modo a anular o v. acórdão a fim de analisar os pontos omitidos e as contradições e, no mérito, reformar o v. acórdão recorrido, com o que, mais uma vez, estará sendo distribuída a JUSTIÇA" (fl. 361e).

Contrarrazões às fls. 364/367e.

Recurso Especial admitido (fls. 368/369e).

O presente recurso merece prosperar, em parte.

Pacífica a jurisprudência do STJ no sentido de que, na hipótese de Embargos à Execução julgados procedentes, os honorários advocatícios, em favor da parte embargante, devem ser fixados sobre o valor do excesso apurado.

Senão, vejamos:

Superior Tribunal de Justiça

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. **EMBARGOS À EXECUÇÃO. PROCEDÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. BASE DE CÁLCULO. EXCESSO DE EXECUÇÃO.**

1. **A base de cálculo dos honorários advocatícios nos embargos à execução julgados procedentes corresponde ao excesso apurado. Precedentes.**

2. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.609.254/SC, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 18/09/2019).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. VÍCIO NÃO CONFIGURADO. **EMBARGOS À EXECUÇÃO. PROCEDÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. BASE DE CÁLCULO. EXECUÇÃO DE EXECUÇÃO.**

1. Inexiste violação do art. 535 do CPC/1973 quando o acórdão recorrido fundamenta claramente seu posicionamento, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

2. **A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça estabelece que a base de cálculo dos honorários advocatícios, nos embargos à execução cujo pedido é julgado procedente, corresponde ao excesso apurado. Precedentes.**

3. Recurso especial parcialmente provido" (STJ, REsp 1.673.922/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/03/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento, em parte**, ao Recurso Especial, de modo a determinar, ao Tribunal de origem, o parcial rejuízo da Apelação, especificamente quanto aos honorários de sucumbência, para que, uma vez sendo observado, como base para o seu cálculo, o valor do excesso da execução, seja fixado o adequado percentual de incidência.

I.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora